

RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

RELATIONSHIP BETWEEN THE PUBLIC AND THE PRIVATE IN CHILD EDUCATION: THE ACTING OF THE MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL FOUNDATION

RELACIONES ENTRE PÚBLICO Y PRIVADO EN EDUCACIÓN INFANTIL: LA ACTUACIÓN DE LA FUNDACIÓN VIDIGAL MARIA CECILIA SOUT

Melissa Daiane Hans Sasson¹
Rosânia Campos²

Resumo

Este artigo objetiva discutir novas relações entre o público e o privado na oferta da Educação Infantil, de modo especial, a atuação da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal na elaboração e na execução de políticas públicas para infância. Trata-se de uma análise documental que tem por aporte teórico as discussões sobre a relação entre Estado e sociedade a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético. Nesse processo, procuramos compreender a concepção de sociedade civil presente nas orientações emanadas dessa Fundação, bem como sua relação com o Estado. As análises indicam que a Fundação se aproxima do projeto político da Terceira Via, resignificando, entre outros conceitos, o conceito de sociedade civil e de gestão democrática.

Palavras-chave: Políticas públicas para Educação; Relação público-privada; Educação Infantil; Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal.

Abstract

This article aims to discuss new relations between the public and the private in the provision of Early Childhood Education, in a special way, the role of the Maria Cecilia Souto Vidigal Foundation in the elaboration and implementation of public policies for children. This is a documentary analysis that has as theoretical support the discussions about the relationship between state and society from the perspective of dialectical historical materialism. In this process, we seek to understand the conception of civil society present in the orientations emanating from this Foundation, as well as its relationship with the State. Analyzes indicate that the Foundation is approaching the Third Way political project, re-signifying, among other concepts, the concept of civil society and democratic management.

Keywords: Public Policies for Education; Public-private relationship; Child education; Maria Cecilia Souto Vidigal Foundation.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir nuevas relaciones entre lo público y lo privado en la provisión de educación de la primera infancia, especialmente el papel de la Fundación Maria Cecilia Souto Vidigal en la

¹Mestra em Educação pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Atua como psicóloga clínica. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6789-4852> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2593243376131322> E-mail: melissa.daiane@gmail.com

²Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5442-6467> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0652299617795868> E-mail: zana.c2001@gmail.com

elaboración e implementación de políticas públicas para los niños. Este es um análisis documental que tiene como soporte teórico las discusiones sobre la relación entre el estado y la sociedad desde la perspectiva del materialismo histórico dialéctico. En este proceso, buscamos comprender la concepción de la sociedad civil presente en las orientaciones que emanan de esta Fundación, así como su relación con el Estado. Los análisis indican que la Fundación se está acercando al proyecto político de la Tercera Vía, re-significando, entre otros conceptos, el concepto de sociedad civil y gestión democrática.

Palabras-clave: Políticas públicas para la educación; Relación público-privada; Educación Infantil; Fundación Maria Cecilia Souto Vidigal.

Introdução

Este artigo tem por objetivo geral compreender as relações entre o público e o privado na Educação Infantil observando suas configurações, institucionalizações e organizações, bem como identificar quais são os atores sociais envolvidos nessa relação. Nesse texto, de modo específico, procuramos discutir a atuação da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal (FMSCV) compreendendo-a como um novo ator social que se apresenta a partir de uma redefinição do papel do Estado. Essa escolha é justificada tendo em vista que, no curso de investigações desenvolvidas sobre o tema³, observamos a presença crescente dessa Fundação na formulação de políticas públicas para infância e na disseminação de conceitos sobre o desenvolvimento infantil, sobre a relação ideal para com as crianças, entre outros; fato que compreendemos não sendo apenas a adição de um novo elemento no cenário atual, mas antes como a defesa de um novo modo de gestão pública que induz e ressignifica o papel do Estado, da sociedade civil e da própria compreensão do que seja educação democrática.

Para compor o *corpus* de análise desse artigo, analisamos as definições presentes no *site* oficial da Fundação em relação à sua composição, organização, prioridades e *modos operandi*; bem como analisamos as definições descritas com relação à missão da fundação, sua função, investimentos e projetos desenvolvidos e em desenvolvimento, tomados aqui como documentos norteadores de práticas e políticas para a infância. Para as análises dos documentos, seguimos as orientações da teoria desenvolvida por Fairclough (2008), partindo da compreensão de que os textos são expressões de práticas discursivas, as quais possibilitam tanto a manutenção quanto a transformação social. Entendemos, ainda, que a relação entre prática discursiva e prática social devem ser compreendidas dialeticamente evitando os equívocos de enfatizar apenas um aspecto. Nesse sentido, a “prática social tem várias orientações – econômica, política, cultural, ideológica –, e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações do discurso.” (Fairclough, 2008, p. 94).

Seguindo essa perspectiva, qualquer discurso é concomitantemente “[...] texto, prática discursiva e prática social” (Fairclough, 2008, p. 94), indicando assim a necessidade da tridimensionalidade para suas análises. Dessa forma, os textos decorrem de processos sócios cognitivos que são constituídos historicamente e estão investidos ideologicamente de forma explícita ou implícita nas práticas discursivas. Em outras palavras, as definições presentes no *site* da Fundação são mais que uma materialidade escrita, como afirmado anteriormente, são

³ O Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Práticas Educativas para Educação e Infância / GPEI, iniciou em 2017 com uma pesquisa sobre a relação público-privada na Educação Infantil, a partir da qual várias investigações foram desdobradas, dentre essas, a pesquisa relacionada ao papel, às concepções teóricas e o modo de atuação da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, tendo em vista sua constante presença, como revelou o mapeamento realizado pelo Grupo, das fundações e organizações sociais diretamente envolvidas na execução, na indicação de projetos, de políticas e disseminação de conhecimentos.

práticas discursivas e sociais, as quais são sempre mediadas por concepções de mundo, de sujeito, de desenvolvimento humano; sendo que essas concepções, por sua vez, não são neutras, não são monolíticas e coadunam-se com um determinado projeto societário.

Ao se considerar esses aspectos, esse trabalho tem como objetivo compreender quais as concepções de “Estado” e de “sociedade civil” que subsidiam as estratégias e as ações da FMCSV no fomento e disseminação de políticas públicas para a infância. Para tanto, realizamos uma discussão inicial sobre a parceria público-privado na Educação Infantil, na sequência apresentamos a FMCSV procurando evidenciar qual o objetivo da parceria público – privada (PPP) configurado junto a ela e qual sua função na atual conjuntura, e, por fim, procuramos apontar possíveis implicações dessas iniciativas na gestão democrática da Educação Infantil no Brasil.

A Parceria Público-Privada na Educação Infantil

A história da Educação Infantil no nosso país traz consigo tanto marcas do assistencialismo às famílias, seguindo uma perspectiva de benevolência de instituições, de associações, de “cidadãos de bem”, quanto do projeto de modernização, que engendrou outra organização da vida familiar com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a urbanização, entre outros fatores. Soma-se a esses fatos, a divulgação da função da educação na infância via estudos difundidos, haja vista que inicialmente locais para atender crianças pequenas eram compreendidos como tendo a função de guardá-las, de velá-las, como inclusive consta em alguns textos constitucionais brasileiros e em Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB’s). Com a ampliação dos estudos sobre desenvolvimento humano, de modo especial, no final do século XIX e início do século XX, os espaços coletivos para atendimento da pequena infância passam a serem compreendidos também como importantes para o desenvolvimento das crianças.

Outra característica marcante na Educação Infantil brasileira é sua configuração de duplicidade no atendimento à infância, o qual se mostrou acentuada após a transição, no final do século XIX, do modelo escravocrata para o modelo fabril, e, no início do século XX, com a expansão da industrialização, produzindo a pauperização da população – massas de trabalhadores oriundos do campo, escravos libertos, entre outros, à margem do trabalho assalariado (Barbosa, 2017; Barbosa, Campos, 2016; Campos, 2008).

Assim, a assistência via caridade foi ganhando novos contornos com a inclusão de novos elementos à administração das instituições. Algumas instituições passaram a ter em suas funções administrativas pessoas reconhecidas socialmente como provedoras, fato que oportunizou a algumas, instituições, o recebimento de verbas públicas. Importante lembrar, que o advento do processo de industrialização no Brasil foi acompanhado da ideia de modernização e da valorização exacerbada da cultura europeia, fato que subsidiou o discurso da urgência de “civilizar” o país, sendo a pobreza, compreendida como um fator ameaçador nesse processo.

Nesse contexto, considerando que os problemas sociais derivavam da pobreza (a pobreza não era compreendida como um problema estrutural⁴), os grupos sociais organizados atuavam no projeto de ideal de nação, na construção do futuro do país, fato que impulsionou

⁴A geração de pobreza compreendida como um fato estrutural, implica em considerar que o modo de produção capitalista sempre irá gerar pobreza, tendo em vista sua própria lógica de manutenção; de modo diferente é compreender a geração de pobreza como residual, isto é, como advinda da falta de esforços pessoais, de qualificação profissional, etc.

também as ações dirigidas para as crianças. Assim, ações desses grupos sociais, diferentemente das ações marcadas pelos grupos religiosos que se apoiavam na lógica caritativa/religiosa, tinham um sentido marcado pela lógica de “[...] ajudar, amparar, abrigar (aos ‘orfãozinhos’, aos ‘desvalidos’...), porém no sentido laico, crescentemente ambivalente e judicializado do termo – defender, preservando do mal (a criança e a sociedade)” (Rizzini, 2008, p. 83).

O Estado passa a atuar diretamente na Assistência Social, ou via parceria com o setor privado para esse fim, no início da década de 1930, mas mister observar que a “educação” para as crianças difundida nos discursos desse período, como necessária para o projeto civilizatório, não era sinônimo de retirar da ignorância ou de socializar conhecimentos, antes a ênfase era na necessidade e urgência em se retirar o “menor”⁵ da ociosidade, das ruas, do abandono, da criminalidade. Em outras palavras, a educação não era um instrumento ou meio para melhorar a justiça social, pelo contrário, o que se originou foram atendimentos diferenciados para a infância, conforme sua classe econômica, constituindo uma duplicidade: instituições para as crianças pobres, instituições para crianças de famílias economicamente favorecidas. Posteriormente, ao longo do processo de consolidação da Educação Infantil, essa duplicidade também foi observada no atendimento para as crianças menores de três anos (lógica mais centrada no cuidado e guarda) e com mais de quatro anos (lógica preparatória para o ensino fundamental), fato que ainda não superamos.

Ainda nesse período é consolidada no Brasil a Legião Brasileira de Assistência (LBA), a qual foi criada inicialmente com objetivo de prestar serviços de Assistência Social e proteção para mães e crianças das classes pobres. No entanto, a partir de 1946, muda seu foco dedicando-se à maternidade e à infância, de maneira mais ampla. E, a partir da década de 1960, seu foco de atuação, ou melhor, seu modo de atuação é novamente modificado, quando inicia interlocuções com organismos internacionais como Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas (UNICEF). Esse alinhamento com as orientações do UNICEF, e o período da ditadura militar que determinou uma política de Segurança Nacional, resultou na modificação da operacionalização da LBA, de modo que sua atuação foi pautada na combinação entre Estado e recursos da sociedade, o que de acordo com Sposati (2003, p. 46) representou “[...] a simbiose entre a iniciativa privada e a pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil e a relação benefício/caridade x beneficiário/pedinte, conformando a relação entre Estado e classes subalternas”.

Compreendemos que essas ações políticas resultaram também em nova dicotomia, isto é, havia uma política de assistência para a criança em idade pré-escolar, sendo esta pobre, que não era entendida como uma política para a educação pré-escolar, e com essa concepção é implementado no país na década de 1970 o denominado Projeto Casulo (LBA), sob coordenação da LBA e que tinha como características ampliar a cobertura a baixo custo (Rosemberg, 1997). Dito de outro modo, o grande objetivo do Projeto Casulo era ampliar o atendimento às crianças, em todo cenário nacional, para tanto, a proposta, conforme indicado acima era utilizar espaços ociosos, cedidos ou compartilhados da comunidade, para neles acolherem as crianças. Para atendê-las a lógica era usar mulheres, sem exigência de formação acadêmica. Com isso, o investimento financeiro era ínfimo, tanto por parte do governo federal quanto municipal, resultado em um projeto com grande expansão a baixo custo.

⁵De acordo com Rizzini (2008), a constituição do conceito de “menor” deriva de um processo social e histórico marcado pelo processo de modernização do país, o qual direciona-se de forma restrita à uma determinada classe social de infância: a de crianças pobres.

No entanto, já na primeira avaliação do programa foram percebidos seus problemas e limitações decorrentes do próprio modelo adotado, como por exemplo, a infraestrutura deficitária e inadequada da maioria dos espaços. A ausência de formação das profissionais que atuavam junto às crianças, que acabavam resultar no que Franco (1984) denominou de lidar pobremente com a pobreza⁶.

Em síntese, durante o século XX, essa trajetória da Educação Infantil no Brasil, repercutiu em diferenciação do atendimento, pautado tanto na classe econômica das famílias, quanto na idade das crianças. No que se refere à idade: a) para as crianças mais próximas da idade escolar a demanda era por prepará-las para a escola; b) para as crianças mais novas, os cuidados ainda ficavam sob a lógica da nutrição, higiene e guarda. Em relação à classe econômica, segundo Kuhlmann Jr. (2007): a) o atendimento às crianças provenientes de classes populares a lógica se fundamentava mais na “guarda” das crianças, na educação para a submissão; b) para as crianças de classe economicamente mais favorecida a “ação pedagógica” e o “desenvolvimento de suas potencialidades” eram os orientadores das práticas educativas. Vale, ainda, considerar que, as responsabilidades desses atendimentos também eram divididas, assim é possível observar a presença, sobretudo, de instituições filantrópicas e de caridade no atendimento para as crianças de classes populares, de modo especial, na então denominada “creche” e a presença do Estado nos denominados jardim de infâncias e classes pré-escolares.

Ainda sob a égide do governo militar (1964-1985), conforme Campos (2008), observamos um acirramento dessas dicotomias, sendo que parece que as famílias de classe populares procuravam as instituições apenas porque não tinham com quem ou onde deixar suas crianças, sem considerarem a importância educativa desse espaço. Mister, ainda, observar que no documento, II Plano Setorial para a Educação e Cultura (1975 – 1979); se enfatiza a ausência da mãe, isto é, para compensar as “restrições de atenção materna”, as famílias necessitavam de educação infantil. Entretanto, o documento, apesar de citar a escassez do serviço público para as famílias de classes populares, não faz indicação de nenhum plano ou política governamental para atender essa demanda, pelo contrário, o que se observa é o favorecimento da expansão privada desse atendimento ou o conveniamento com instituições e/ou associações para atenderem as crianças pobres.

Esse cenário, no que diz respeito à Educação Infantil, começa a ser agudamente questionado a partir do processo de redemocratização política, que irá configurar um outro “cenário sócio-político” pelas emergências dos movimentos sociais. De acordo com Brito (1999, p.136), “as lutas pela democratização da sociedade brasileira, os diferentes movimentos sociais que eclodiram e/ou se fortaleceram conduziram tanto a visibilidade de setores sociais até então” pouco ostensível quanto à “reivindicação de um conjunto de políticas sociais, articuladas com a inserção dos brasileiros na sociedade como portadores de direitos”. O processo de abertura política oportunizou, entre outros fatores, a compreensão política dos direitos sociais, fato que repercutiu na Constituição Federal de 1988, a primeira e reconhecer a Educação Infantil como direito subjetivo das crianças e de suas famílias.

Posterior ao reconhecimento legal, e a partir de muitas pressões populares e discussões no âmbito acadêmico, em 1996, a nova LDB - Lei N° 9394 definiu a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica. Contudo, o reconhecimento desta etapa pela referida Lei

⁶Para aprofundar as discussões sobre as limitações desse tipo de atendimento indicamos o artigo de Franco (1984) derivado de seu relatório de estudos de caracterização e custos do atendimento a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade encomendado pelo UNICEF, em 1983. Recuperado em 18 junho, 2019, de <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1457/1452>

foi marcado por disputas existentes na época e pela ameaça aos recém-conquistados direitos sociais. Além desse fato, fundamental lembrar que, diferentemente da Constituição de 1988 que foi promulgada em um momento ímpar de nossa história no avanço no campo dos direitos sociais e da participação democrática, a LDB foi sancionada em pleno momento em que o país estava em processo de reforma do Estado, seguindo perspectivas neoliberais e da Terceira Via, conforme indicado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (Campos, 2008; Dourado & Bueno, 2001). Dessa forma, ainda que pese os reconhecimentos legais para essa etapa, é fato que o seu financiamento foi ínfimo gerando um grande descompasso entre o proclamado nos documentos e as condições objetivas de sua efetivação.

Nessas circunstâncias que concluímos o primeiro decênio das metas acordadas no Fórum Mundial de Educação para Todos – EPT (Jomtiem, 1990) coordenado pela UNESCO, nas quais as prioridades foram concentradas no Ensino Fundamental. Nesse sentido, houve uma secundarização da Educação Infantil como prioridade nas reformas. Essa situação sofreu alteração apenas após o Fórum de Dakar (2000), no qual os países signatários da Conferência de Educação para Todos, fizeram a primeira “prestação de contas” em relação às metas acordadas em 1990. Após uma década de ajustes neoliberais na América Latina, como por exemplo, a redefinição do papel do Estado, as reformas no campo da educação e o fortalecimento do mercado como regulador, a primeira meta acordada em Dakar (2000) foi “expandir e melhorar o cuidado e a educação das crianças pequenas, especialmente para as crianças mais vulneráveis e em maior desvantagem” (Unesco, 2000, p. 09).

Apesar disso, embora as avaliações e indicações dos organismos internacionais, bem como estudos do campo da economia evidenciassem a importância e a urgência em se investir na Educação Infantil, no cenário brasileiro continuamos com ações tímidas por parte do Estado e, de algum modo, ainda muito próximos da lógica inicial do atendimento à infância no país. É sempre interessante lembrar que a partir de meados da década de 1990, passam a imperar discursos em favor da modificação do papel do Estado, e de fortalecimento das ações da sociedade civil na execução de serviços em nome de “democratizar a democracia”. Esses discursos fundamentam, justificam e incentivam as parcerias entre os setores públicos e privados, de modo especial, na Educação Infantil, área historicamente deficitária de vagas públicas e com pressão crescente da sociedade por esse direito. Nesse contexto, que são constituídas muitas Organizações Não-Governamentais, bem como é possível observar uma entrada mais declarada das empresas e organizações privadas via suas Fundações, na execução da Educação Infantil, via atendimentos diretos, e também no contexto das políticas, como interlocutores privilegiados junto aos órgãos governamentais, como é possível observar o papel do Movimento todos Pela Educação.

Esse cenário apresenta alguma modificação após 2003 com a eleição de um presidente centro esquerda, que dentre as ações mais significativas incluiu a Educação Infantil no financiamento governamental, quando sancionou a Lei N° 11.494, de 23 de junho 2007 (Brasil, 2007), que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). De igual modo, foi a partir desse período que outras importantes ações foram desenvolvidas na educação em geral, sendo visíveis vários avanços, tanto no acesso da população a esse direito quanto aos índices de aproveitamento escolar⁷. Mas, esse cenário, ainda que pese os observados avanços, não é tão promissor quando analisamos especificamente a Educação Infantil.

⁷Tendo em vista os limites de página de um artigo não é possível apresentar aqui as análises da educação infantil após a LDB, nesse sentido, indicamos o artigo de CAMPOS, Rosânia. Educação infantil após 20 anos da LDB:

Desse modo, se, por um lado, nesse período temos várias conquistas importantes, como por exemplo, o financiamento direto às cidades para a construção de equipamentos, aquisição de materiais educativos, participação em programas antes destinados somente ao ensino fundamental como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), por outro lado, também é notório o incremento e a entrada do chamado “novos atores sociais” não mais respondendo pelo atendimento direto à criança, mas discutindo e propondo políticas, metas e ações para a educação das crianças e de suas famílias, como por exemplo, a institucionalização do movimento Todos pela Educação, e a própria fundação em estudo nesse artigo, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, que a partir de 2003 modifica seu foco de atuação voltando-se especificamente à primeira infância (Vidigal, 2007).

Relevante lembrar que, apesar da ampliação de recursos financeiros para essa etapa educativa, a entrada de outros atores sociais não inibiu a relação entre o Estado e as instituições filantrópicas, comunitárias e confessionais no provimento de vagas. Pelo contrário, com a Lei da obrigatoriedade da matrícula aos quatro anos, muitos municípios ampliaram seu quadro de vagas via a parceria denominada “conveniamento” (Campos et al., 2016; Campos, 2015). Entendemos, contudo, que é necessário procurar compreender essa relação a partir de outros aportes, tendo em vista que, conforme escrito anteriormente, as modificações ocorridas no Estado, na gestão pública, nos modos de processo de produção e de acumulação do capital, foram modificadas.

Seguindo essa perspectiva, pensamos ser interessante pensar a atual relação entre o público e o privado na Educação Infantil brasileira, como sendo consolidada via “uma nova pedagogia da hegemonia”, que surge fortemente “[...] nos anos finais do século XX e nos anos iniciais do século XXI”, materializando-se por meio de “ações efetivas na aparelhagem estatal e na sociedade civil” (Neves, 2010, p. 24). De acordo ainda com Neves (2010, p. 24),

Sua principal característica é assegurar que o exercício da dominação de classe seja viabilizado por meio de processos educativos positivos. Sua efetividade justifica-se em parte pela força de sua fundamentação teórica, que legitima iniciativas políticas de organizações e pessoas baseadas na compreensão de que o aparelho do Estado não pode estar presente em todo tempo e espaço e que é necessário que a sociedade civil e que cada cidadão se tornem responsáveis pela mudança da política e pela definição de formas alternativas de ação social.

Esses novos “intelectuais orgânicos” se alicerçam no projeto político defendido pela Terceira Via (Neves, 2010). Isto porque, seguindo os pressupostos desse projeto, os intelectuais, como os que compõem a FMCSV, são os responsáveis em formular, adaptar e difundir, de diferentes formas e linguagens, as ideias que fundamentam a nova concepção de sociedade e “[...] práticas políticas ideológicas da burguesia mundial” (Neves, 2010, p. 24), a exemplo do defendido pelos pressupostos da Terceira Via, que pregam a urgência que “o governo” possa “[...] agir em parceria com instituições da sociedade civil para fomentar a renovação e o desenvolvimento da comunidade” (Giddens, 2005, p. 75).

Assim, defende uma sociedade civil atuante, sendo que o governo deve aproveitar as iniciativas locais, envolver o terceiro setor, as associações voluntárias e as atividades empresariais sociais. E nesse processo, o projeto da Terceira Via, se diferencia do projeto

neoliberal. Pois, ao contrário desse que defende uma diminuição do Estado e uma centralidade no mercado, a Terceira Via compreende que a reforma do Estado e do governo não devem resultar em diminuição de seu papel, antes defendem que esses devem ter maior influência, mas entendem que há diferença entre Estado grande e Estado forte, sendo que um Estado e governo forte significam serem mais eficazes e mais ágeis, a exemplo de muitos setores da economia (Giddens, 2001), ou seja, o Estado deve agir com a função de governança.

Ao estudarmos a FMCSV, notamos que suas ideias e práticas coadunam-se com os pressupostos defendidos pela Terceira Via, como por exemplo, a concepção de sociedade civil. Ao analisar os textos, presente em sua página, que definem as quatro prioridades⁸ da Fundação, é possível observar a concepção de sociedade civil em concordância com a definida pelos teóricos da Terceira Via, isto é, a sociedade como sendo ativa, com ênfase no denominado terceiro setor, como sendo um “[...] espaço de harmonização e de concertação social” (Neves, Shiroma & Evangelista, 2011, p. 232).

Dentro do objetivo de fortalecer e mobilizar lideranças públicas, sociais e privadas, a FMCSV criou o Núcleo Ciência Pela a Infância (NCPI), com o objetivo de “[...] ser uma ponte sólida entre o que é produzido pela comunidade científica e a sociedade” (Vidigal, 2018b, s/p). A partir desse objetivo o Núcleo desenvolve atividades para “[...] tornar o conhecimento científico acessível à sociedade, para que sirva de subsídio para políticas e práticas que tratam dos primeiros anos de uma criança.” (Vidigal, 2018b, s/p). Nesse sentido, sua linha de ação é bem ampla, atuando tanto na elaboração como na divulgação de materiais para formação de professores/as, famílias e demais atores sociais que atuam com crianças, em especial, crianças na primeira infância. Essa estratégia de divulgação do conhecimento, conforme indicam os documentos da Fundação, será marca presente em todas suas prioridades.

Para Neves (2005), as estratégias adotadas atualmente por diversas modalidades de organizações sociais – os aparelhos privados de hegemonias – e sua imbricação com o Estado resultam em uma “nova pedagogia da hegemonia”, a qual dissemina e reforça uma maneira agitada, mas acrítica de pensar o mundo, de sentir-se no mundo. Ainda segundo a autora, essa nova pedagogia da hegemonia, procura apassivar a democracia, reduzi-la a um voluntariado frouxo e desprovido de sentido mais geral e com isso o fortalecimento da retórica democrática enfraquecida e “filantropizada”.

Na nossa perspectiva, a Fundação atua na consolidação da concepção de sociedade civil defendida pelo neoliberalismo da Terceira Via, de modo a construir consensos sobre um novo padrão de sociabilidade, e a repolitizar a política, estimulando a política local, a pequena política, em detrimento da grande política, nas palavras de Gramsci. Desse modo, o bem-estar social, antes tarefa do Estado, passa a ser compreendido como tarefa dos indivíduos e dos grupos sociais, por isso, é fundamental educar as famílias das crianças, construindo uma nova cidadania política (Neves, 2005), na qual “[...] à conformação de novos cidadãos mediante a consolidação dos valores do individualismo, do empreendedorismo e do colaboracionismo” (Neves, Shiroma & Evangelista, 2011, p. 232). Na sequência procuramos apresentar a Fundação e discutir suas concepções e defesas.

⁸A Fundação apresenta quatro prioridades de atuação: Mobilizar as Lideranças; Fortalecer o cuidado com a criança; Sensibilizar a Sociedade; Qualificar a Educação Infantil. Segundo nosso referencial de análise de discurso, o comum na definição dessas prioridades é o fortalecimento da sociedade civil, a exemplo do defendido pelos teóricos da Terceira Via, e não a discussão, reflexão sobre o papel do Estado no provimento e garantia desse direito.

A Fundação Maria Cecília Vidigal (FMCSV)⁹: “Desenvolver a Criança para Desenvolver a Sociedade”¹⁰

A Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) foi criada por Gastão Eduardo de Bueno Vidigal e Maria Cecília Souto Vidigal, sua esposa, no ano de 1965, após sua filha caçula, aos 13 anos de idade, falecer por leucemia. Diante do ocorrido, a principal motivação da criação da FMCSV foi o interesse divulgação do conhecimento a respeito do diagnóstico de leucemia no Brasil. Durante mais de quarenta anos esse foi o objetivo da Fundação, mas em 2001, após o falecimento do fundador e da nova configuração mundial, segundo os documentos da fundação, com o propósito de adequar “[...] seu papel às necessidades atuais da sociedade e aos interesses da nova geração” de herdeiros, a Fundação repensa seu papel. Assim, “[...] em 2003, inicia-se formalmente o processo de redefinição e ampliação de seu escopo de atuação” (Vidigal, 2007, p. 05).

Essas modificações resultaram em um novo estatuto social, sendo que essas mudanças incluem: “a) novo objeto social; b) criação de um fundo patrimonial; c) nova estrutura de governança”. O objeto social passa a ser a “melhoria da qualidade de vida da população brasileira por meio da promoção da educação, da saúde, da cultura e da proteção ao meio ambiente” (Vidigal, 2007, p. 05).

A nova estrutura de organização da Fundação é composta por um Conselho Curador, com “[...] a participação de quatro membros da família e três membros externos a ela; um Conselho Fiscal formado por três membros; um Diretor Superintendente e uma equipe profissional” (Vidigal, 2018a, s/p). A partir dessa nova reorganização dos objetivos da instituição, foi definido também qual seria sua função primordial, sendo definidos quatro campos de atuação como prioridades: a) mobilizar as lideranças públicas, sociais e privadas; b) sensibilizar a sociedade; c) fortalecer as funções dos cuidadores das crianças e d) “melhorar a qualidade da educação infantil no país” (Vidigal, 2018a, s/p). Para cada prioridade, conforme denominado pela Fundação, existe ações e estratégias diferenciadas.

No ano de 2005, a partir do projeto voltado para primeira infância do Prof. Dr. Saul Cypel, neuropediatra e parte do Conselho de Curadores, a Fundação começa a se dedicar oficialmente à promoção do desenvolvimento da primeira infância. Para consolidar essa modificação em seu foco é realizado o “I Workshop Internacional de Desenvolvimento Infantil” e, em 2008, é criado o “Programa Primeiríssima Infância”, em parceria com cidades do Estado de São Paulo, um projeto intersetorial a ser implementado nas redes de atendimento às gestantes e às crianças de até três anos. Seguindo as prioridades definidas pela Fundação, em 2011 é criado o “Núcleo Ciência pela Primeira Infância” (NCPI), estruturado via parcerias “[...] com o objetivo de traduzir o conhecimento científico para uma linguagem mais acessível à sociedade” (Vidigal, 2018b, s/p).

Ainda em 2011, foi realizado o “I Simpósio Internacional de Desenvolvimento da Primeira Infância¹¹”, além da exibição da série “Nota 10 Primeira Infância – 0 a 3 anos”, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, veiculada no Canal Futura. A partir da consolidação desses programas e do Núcleo, novos programas e novas ações foram desenvolvidos, organizadas a partir das prioridades definidas pela Fundação, sendo evidente

⁹Todas as informações sobre a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal foram retiradas diretamente de seu site oficial: <http://www.fmcsv.org.br>

¹⁰Lema divulgado no site da Fundação.

¹¹ Um dos conferencistas desse evento foi Jack Shonkoff, diretor e criador do *Center on the Developing Child*, da Universidade de Harvard (HDCD).

nesse processo, conforme é possível observar nos documentos que tratam a história da FMCSV, o estabelecimento da Fundação como uma “organização de inteligência” (Vidigal, 2008, p. 03). Isto é, aquela que “[...] identifica e gera conhecimento sobre temas importantes para a sociedade e, através de análise e sistematização do conhecimento, cria e dissemina alternativas de ações para solução de problemas iminentes ou futuros” (Vidigal, 2008, p. 03).

Dentro da prioridade “mobilizar as lideranças públicas, sociais e privadas”, é lançado em 2012 o *Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância*, com módulos que ocorrem no Brasil e nos Estados Unidos. Interessante observar que, durante essa primeira edição do curso, iniciaram-se discussões referentes ao Marco da Primeira Infância, posteriormente aprovado pela Lei N° 13.257/2016, cujo projeto de lei, foi apresentado pelo então deputado Osmar Terra¹², que representava a Frente Parlamentar da Primeira Infância composta por mais de 200 parlamentares, sendo que 23 desses participaram do curso supracitado. Dito de outro modo, a Fundação na atual conjuntura, atua como *lócus* privilegiado de formação de intelectuais orgânicos que atuam na formulação e na execução de políticas de educação para a infância, a partir do que Neves (2005) denominou de “nova pedagogia da hegemonia”. Dessa forma, esses “sujeitos políticos” coletivos, conforme Neves (2005, p. 37),

[...] tradicionalmente por intermédio de seus aparelhos, direta ou indiretamente contribuíam na consolidação da hegemonia burguesa nos anos de fordismo (empresários, igrejas, escolas, mídia, etc.), redefinem suas funções no sentido de mais diretamente (com ou sem financiamento do Estado *strico sensu*) atuarem na assistência social, nos chamados programas de responsabilidade social, com o intuito de obter o consenso passivo de um contingente amplo da população ao projeto de sociabilidade burguesa.

Fundamental lembrar que, a adesão de muitos setores da sociedade a nova sociabilidade pelos preceitos da Terceira Via, possibilita ainda mais a difusão desse projeto. Nesse processo, observamos a “desqualificação da política” (Fontes, 2005), ao mesmo tempo em que ocorre uma “repolitização da política” (Neves, 2005), numa perspectiva a partir da qual a sociedade civil é impulsionada a ter uma participação ativa tornando-se protagonista na solução dos problemas sociais. Assim, para a construção dessa nova sociedade civil é importante desenvolver duas características básicas: empreendedorismo e a colaboração (Neves, 2010).

Nas palavras de Giddens (2005), é necessário a renovação da sociedade civil, de modo que essa haja em parceria com o governo, sendo que esse deve aproveitar das iniciativas locais, envolvimento do terceiro setor, as associações voluntárias, renovando o senso comunitário. Mas, adverte o autor, o senso comunitário que defende “não implica a tentativa de recuperar formas perdidas de solidariedade local; diz respeito a meios práticos de fomentar a renovação social e material de bairros, pequenas cidades e áreas locais mais amplas.” (Giddens, 2005, p. 89).

Seguindo essa orientação, a FMCSV, ratifica que seu objetivo é “[...] provocar transformações reais, impactantes e com possibilidade de serem ampliadas, por meio de modelos inovadores e estratégias de *advocacy* que envolvam diferentes instituições e esferas da sociedade” (Vidigal, 2018a, s/p). Nesse sentido, ainda de acordo com o objetivo descrito

¹²Osmar Gasparini Terra é um médico, político brasileiro, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro/MDB do Rio Grande do Sul, ex-ministro do Desenvolvimento Social no governo Temer e atual Ministro da Cidadania do governo Bolsonaro.

pela Fundação, a atuação visa “[...] inspirar pessoas, mobilizar lideranças públicas, sociais e privadas” (Vidigal, 2018, s/p), ou seja, defende a lógica de um Estado sem inimigos, de um novo Estado democrático, como afirma Giddens (2005), no qual a democratização ganha vantagem sobre a democracia e, nesse processo, o princípio é “obter mais com menos” e, para tanto, é imprescindível também a renovação da sociedade civil. Dito de outro modo, a “democratização da democracia”, na perspectiva da Terceira Via, implica em renovar as instituições democráticas e a política em geral, e essa renovação deveria se pautar na criação e manutenção dos canais de comunicação do governo com a “sociedade civil ativa”, de modo que a participação dos cidadãos na política deveria seguir o pressuposto da colaboração social (Giddens, 2001).

Essa nova concepção de sociedade civil é essencial para restringir os poderes do governo e do mercado. De acordo com Giddens (2001), nesse contexto o terceiro setor (setor sem fins lucrativos) deve, o quanto for possível, ser conduzido pelo governo e outros organismos para profissionalizarem e evitarem “impulsus caritativos erráticos” (Giddens, 2001, p. 86). Reforça ainda o autor que, “[...] se desenvolvidos de maneira eficaz, os grupos do terceiro setor podem oferecer opções de escolha e capacidade de resposta na prestação de serviços públicos. [...] Para tanto, precisam ser ativos e empreendedores” (Giddens, 2001, p. 86). Essa indicação de “assumir” a governança do terceiro setor, nos parece evidente, quando a Fundação afirma que apoia programas públicos de referência e, mais que isso, oferece “[...] subsídios para aprimorar as ações e as estratégias dos gestores e monitoramos novas práticas e sistematização de metodologias que sirvam de referência para outros estados e cidades.” (Vidigal, 2018c, s/p).

Desse modo, a Fundação indica que é necessário capacitar para fortalecer a sociedade civil. Neste sentido, a FMCSV possui como meta “[...] capacitação dos profissionais da primeira infância das áreas de educação, saúde e assistência social” (Vidigal, 2018c, s/p), tendo em vista fortalecer as intervenções efetivas nesta fase de vida. Com isso, a Fundação amplia o convite para trabalhar conjuntamente, indicando que tem incentivos e opções: a) para gestor público; b) executivos do setor privado (para tanto, desenvolveu um guia que “[...] traz iniciativas inovadoras de companhias que já adotaram a causa, além dos benefícios que as empresas podem ter com a implementação de políticas para a família” (Vidigal, 2018d, s/p); c) organizações sociais e d) imprensa (para esse setor a Fundação criou o guia *Primeira Infância em Pauta*, no qual “[...] traz orientações para aprimorar a comunicação de temas sobre essa fase fundamental da vida. Traz também sugestões para evitar armadilhas na escolha de palavras e imagens” (Vidigal, 2018d, s/p)¹³; e) parcerias; f) academia (editais voltados para pesquisas sobre a primeira infância).

Esse tipo de atuação com chamadas e incentivos para iniciativas da sociedade civil reforçam a tese de que há resignificação da sociedade civil e de seu papel, não mais compreendida como expressão coletiva de sujeitos localizados nas relações sociais gerais e de produção, com identidade política coletiva na história; mas como “sociedade civil ativa”, isto é, como resultado de uma renovação comunitária, realizada por meio do aproveitamento de iniciativas locais, envolvendo o terceiro setor, as associações voluntárias e mesmo iniciativas individuais. Segundo Giddens (2005, 2007), esses grupos, organizações, são cruciais, para promoção da política da Terceira Via, a qual o autor defende como melhor opção para

¹³ Sua atuação nesse segmento conta ainda com a parceria *International Center for Journalists* (ICFJ), a partir da qual são oferecidos diferentes capacitações, além de editais e outras formações, como a atualmente aberta, realizada em parceria com o *Dart Center for Journalism and Trauma*, workshop referente à crise de refugiados na Síria, tendo como foco a criança.

solucionar os problemas sociais. No entanto, segundo ao autor, não implica em um repasse das obrigações sociais do Estado para a sociedade civil, mas um fortalecimento do primeiro, o qual necessita agir extraindo sustento da sociedade civil, ao mesmo tempo em que precisa desempenhar um papel ativo em regulá-la (Giddens, 2007). De acordo com o autor,

O empreendedorismo civil é qualidade de uma sociedade civil moderna. Ele é necessário para que os grupos cívicos produzam estratégias criativas e enérgicas para ajudar na lida dos problemas sociais. O governo pode oferecer apoio financeiro ou proporcionar outros recursos a tais iniciativas. E lucrará por sua vez, já que projetos colaborativos entre governo e grupos da sociedade civil exigirão que tais grupos sejam engajados, determinados e competentes (Giddens, 2007, p. 26).

Essa lógica, qual seja, de reforçar as iniciativas locais, o empreendedorismo, entre outros aspectos, aparece nos documentos da Fundação nos quais afirmam que, quem desejar fazer algo para transformar a realidade das crianças e suas famílias, dentro do seu contexto e zona de influência, pode contar com o apoio da instituição, pois acredita que as barreiras existentes hoje no país, em relação aos problemas de educação e saúde na Infância, podem ser derrubadas com o trabalho em rede. Ainda, segundo a Fundação,

A conta é simples. Uma primeira infância com cuidados, amor, estímulo e interação pavimenta o caminho para que a criança aproveite todo seu potencial. Nasce um adulto mais saudável e equilibrado. E floresce uma sociedade com os mesmos valores (Vidigal, 2018c, s/p).

Esse tipo de organização social, além de superar o “mundo das polaridades”, oportunizará a colaboração e a liberdade de escolhas individuais; a construção de um novo senso comum¹⁴ para o século XXI (Martins et al., 2010). Nesse sentido, é fundamental um “novo Estado democrático”.

O “novo Estado democrático” não seria, como anteriormente escrito, nem mínimo, nem máximo, mas forte, com grande capacidade de gerenciar, de fazer a governança. Assim, o “[...] estado não deve dominar nem o mercado, nem a sociedade civil, embora precise regular e intervir em ambos” (Giddens, 2007, p. 24). E ainda, nesse processo, é imprescindível “democratizar a democracia”, assim como compreender que a igualdade nesse novo Estado, não significa a igualdade de renda e riqueza, mas a igualdade de oportunidade.

Essa ideia de igualdade de oportunidades fundamenta a justificativa da Fundação para investir na primeira infância, que acredita que “[...] se mudarmos o começo da história, mudamos a história toda”, lema do projeto Primeira Infância (Vidigal, 2017, s/p). Com isso, segundo informações da Fundação na meta de “sensibilizar a sociedade”, priorizam as classes C e D, pois acreditam que a informação transforma. Em outras palavras, se seguirmos esse raciocínio, as crianças provenientes de classes econômicas populares, não possuem as mesmas igualdades de oportunidades, pelo fato de seus pais não possuírem as devidas informações sobre desenvolvimento infantil. Essa premissa gera então responsabilização das

¹⁴De acordo com Fontes (2018), esse novo consenso implica desde novos vocabulários para aparentemente abrigar setores populares, eliminando suas “reivindicações”, convertidas em “demandas”, desarticulando movimentos sociais de lutas, desqualificando suas linguagens e ajustando-as para um linguajar do mercado e da subalternidade. Com isso, conforme destaca Casimiro (2018), nesse novo consenso as Organizações Não-Governamentais (ONG's) e as Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (Fasfil's) acabam sendo configuradas como representantes de distintas frações e interesses, sentido e organicidade de classe.

famílias e eclipsia as diferenças econômicas entre as classes, pois seguindo essa premissa basta educar as famílias para as crianças terem as mesmas condições de desenvolvimento.

Considerações Finais: Para continuar as reflexões e o debate

As parcerias entre o público e o privado na Educação Infantil historicamente no Brasil tem legitimado a transferência da execução das políticas públicas para a educação infantil para a sociedade civil a despeito do papel fundamental do Estado. Tal relação, desde o início da insitucionalização do atendimento à infância, foi marcada pela assistência à infância, dicotomizando a atenção para as crianças de acordo com as distinções de classe social, causando efeitos deletérios na concretização do direito à educação na lógica de um projeto coletivo e emancipatório. Isto é, ainda que a Constituição de 1988 defina como sendo um direito da Criança e de sua família a frequência na Educação Infantil, sendo essa reconhecida posteriormente na LDB 9.394 de 1996 como sendo a primeira etapa da Educação Básica, ainda não é hegemônico a ideia de uma educação voltada para as crianças de modo que elas acessem os bens produzidos pela humanidade, que possam vivenciar suas infâncias experienciando hipóteses, criando teorias, em um ambiente seguro e adequado para sua permanência, bem como com profissionais qualificados para atendê-las. Isto porque, ainda persistem modos de atender a infância, pautados na lógica da guarda e/ou na lógica da filantropia.

Não obstante, nas últimas décadas é possível observar uma reconfiguração nessa relação, decorrente, sobretudo, do processo de quebra de uma promessa civilizatória, expressa mormente na generalização do conhecimento pela educação massiva e das melhorias das condições de saúde e de urbanização via serviços públicos (Fontes, 2009). Mas, em especial a partir o final da década de 1980, essas justificativas foram sendo questionadas, enfraquecidas e destruídas sendo enfatizado e indicado apenas o argumento do tema liberdade. Nesse processo o ataque ao Estado democrático, o fomento na descrença da representação política e a defesa de uma outra definição de sociedade civil, recoloca em outros termos a relação entre o público e o privado.

Nesse sentido, observamos uma forte difusão da sociedade civil como local de ativismo social, com ênfase no empreendedorismo e nas soluções focais. E, nesse processo, se observa também “[...] que pela mesma brecha em que a filantropia se imiscuia na militância, nesse deslocamento da ‘luta social’ para estar ‘a serviço de’, desaparecia do horizonte a contradição entre fazer filantropia militante e ser remunerado por essa atividade” (Fontes, 2006, p. 224). Ou seja, nessa lógica, com a emergência dos especialistas em agenciarem recursos nacionais e internacionais são criadas também as fundações com a função de executoras de políticas e “[...] as organizações sociais da sociedade civil de interesse público” (Fontes, 2006, p. 224).

Entendemos que é a partir dessa lógica de organização social, bem como de atuação do Estado numa perspectiva gerencial - ou seja, atuação do Estado como responsável pela governança de diferentes ações e atores sociais, de modo que a ação do Estado não é mais reconhecida como uma gestão pública de direitos universais - que a FMCSV se inseriu, conforme é possível observar no próprio histórico da Fundação, no contexto educativo, sob a concepção de que é suficiente uma organização de produção de serviços e bens conforme problemas empíricos localizados, ocultando e desconsiderando a arena política e econômica que marcam os conflitos e contradições de ordem estrutural que são engendrados na nossa sociedade. Com isso, se reforça a concepção defendida pela Terceira Via de que é necessário

se pensar formas criativas para atender as atuais demandas sociais, as quais implicam, conforme indicado por Giddens (2001), a ação conjunta da sociedade civil com o Estado para se efetivar as políticas públicas.

Esse foco do discurso da Terceira Via sobre o “[...] direito de os individuais permanecerem diferentes e de escolherem à vontade seus próprios modelos de felicidade e de modo de vida adequado” (Martins, Neves, Melo, & Santos, 2010, p. 117), repercute diretamente na gestão das instituições públicas, e no caso específico de estudo desse artigo, nas instituições de Educação Infantil. Isto porque, ao defenderem esses pressupostos, recola a função do Estado, que agora deve ser gerencial, sendo sua função administrar os riscos sociais, financeiros e ambientais, sendo que as ferramentas para as estratégias necessárias para atuação do Estado é a parceria entre a esfera pública e a esfera privada, criando o que é denominado de “nova economia mista”.

Essas parcerias históricas na área de Educação Infantil acendem com novas configurações que tanto repercutem na oferta de vagas públicas com diferenças de qualidades – vagas existentes em centros de Educação Infantil públicos e vagas subsidiadas em instituições privadas, as quais muitas vezes são originadas das antigas creches domiciliares, sendo alocadas em espaços adaptados e, por vezes, não adequados para a plena ação das crianças e suas interações; como também na lógica de que cada instituição pública deve buscar na própria comunidade os recursos para desenvolver seus trabalhos e para incentivar essas ações. Com isso há repercussão na gestão da instituição, na aproximação dessa com a comunidade, se afastando da lógica democrata de aproximação com a comunidade como modo de fortalecimento de um projeto coletivo e de reafirmação de direitos.

Ao considerarmos o conceito de democracia como não separação entre o econômico e o político e como a materialização de direitos e igualdade social, a questão presente é: quem deve assegurar esse direito? Na nossa concepção de democracia o poder público tem esse dever, no entanto, conforme procuramos discutir, segundo os pressupostos da Terceira Via, “[...] o Estado não deve mais ser o executor, repassando as políticas sociais ou para o setor privado ou para o terceiro setor; desse modo, acabam-se retirando os direitos já conquistados ou em processos de materialização” (Peroni, 2012, p. 25).

Nesse sentido, as indicações da Terceira Via repercutem na gestão democrática da Educação Infantil tanto no que se refere ao direito ao acesso às instituições públicas, haja vista que incentiva diferentes arranjos conforme potencialidades e necessidades locais; como também na democratização do conhecimento e na difusão de um projeto coletivo societário, pautado na lógica do empreendedorismo, do individualismo e da competitividade.

Referências

- Barbosa, M. T. (2017). *Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba.
- Brasil. (2016). *Lei N° 13.257*. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Recuperado em 18 junho, 2019, de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm>
- Brito, V. L. A. (1999). O público, o privado e as políticas educacionais. In: Oliveira, D. A., Duarte, M. R. T. *Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica.

- Campos, R. (2008). *Educação Infantil e organismos Internacionais: uma análise dos projetos em curso na América Latina e suas repercussões no contexto nacional* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- Campos, R. (2015). *As políticas de expansão da educação infantil a partir da Lei Nº 12.796/13: análise das propostas para crianças de 0 a 3 anos*. Relatório de Estágio pós-doutoral. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Campos, R. (2016). *As políticas de expansão da educação infantil a partir da Lei Nº 12.796/13: análise dos dez maiores municípios do Estado de Santa Catarina*. Relatório de Pesquisa. CNPQ.
- Chalhoub, S. (2004). *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial*. 3ª reimpressão. São Paulo. Cia das Letras.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (2001). [Coleção Saraiva de Legislação]. (21a ed.). São Paulo: Saraiva.
- Dourado, L. F., & Bueno, M. S. S. (2001). O Público e o privado na educação. In: Witmann, L. C., & Graciando, R. V. (orgs.) *Políticas e Gestão da Educação*. Brasília: MEC/Inep/Comped.
- Fairclough, N. (2008). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Fontes, V. (2009). Determinação, história e materialidade. *Trabalho, Educação & Saúde*, Rio de Janeiro, v.7 n.2, p. 209-229.
- Fairclough, N. (2006). A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In Lima, J. C. F., & Neves, L. M. W. *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora da Fio Cruz.
- Franco, M. A. C. (1984). Lidando pobremente com a pobreza. In *Cadernos de Pesquisa*, (51): 13-32.
- Giddens, A. (2001). *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record.
- Giddens, A. (2005). *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. 5ª edição. Rio de Janeiro: Record.
- Giddens, A. (2007). *O debate global sobre a terceira via*. Trad. Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora UNESPE.
- Kuhlmann Jr. M. (2007). *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação.
- LDB – *Leis de Diretrizes e Bases*. Lei nº 9.394. 1996. Recuperado em 20 março, 2018 de http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein_9394.pdf

- Martins, A. S., Neves, L. M. W., Oliveira, D. M., Pronk, I. F. M. A., Melo, M. P. de, Santos, M. A. C., Oliveira, M. T. C. de, & Monteiro, V. da R. A Nova Pedagogia da Hegemonia e a formação /atuação de seus intelectuais orgânicos. In Neves, L. M. W.; Martins, A. S.; Oliveira, D. M., Pronk, I. F. M. A., Melo, M. P. de, Santos, M. A. C., Oliveira, M. T. C. de, & Monteiro, V. da R. (2010). *Direita para o Social e Esquerda para o Capital: Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã.
- Neves, L. M. W. (2005). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã.
- Neves, L. M. W., Oliveira, D. M., Pronk, I. F. M. A., Melo, M. P. de, Santos, M. A. C., Oliveira, M. T. C. de, & Monteiro, V. da R. (2010). *Direita para o Social e Esquerda para o Capital: Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã.
- Neves, L., Shiroma, E., & Evangelista, O. (2011). A nova pedagogia da hegemonia no Brasil. Entrevista com Lúcia Neves concedida a Eneida Oto Shiroma e Olinda Evangelista em 23 de junho de 2010 em Florianópolis, SC. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 29, n. 1, 229-242, jan./jun. 2011.
- Peroni, V. (2012). A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. In *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012. Recuperado em 14 agosto, 2017 de <http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n2/a03v23n2.pdf>
- Rizzini, I. (2008). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora.
- Rosemberg, F. (1997). A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: Freitas, Marcos Cezar (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, p. 141-162.
- Sposati, A. (2003). *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 7º ed. São Paulo: Cortez.
- Unesco. (2000). *Educação para todos: o compromisso de Dakar*. Recuperado em 01 dezembro, 2018 de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127509>
- Vidigal, Fundação Maria Cecília Souto. (2007). *Relatório de Atividades 2007*. São Paulo. Recuperado em 01 julho, 2018 de <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/sobre-nos/Paginas/relatorios-de-atividades.aspx>
- Vidigal, Fundação Maria Cecília Souto. (2008). *Relatório de Atividades 2008*. São Paulo. Recuperado em 01 julho, 2018 de <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/sobre-nos/Paginas/relatorios-de-atividades.aspx>
- Vidigal, Fundação Maria Cecília Souto. (2018a). *O que fazemos*. São Paulo. Recuperado em 02 dezembro, 2018 de <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/o-que-fazemos/>

Vidigal, Fundação Maria Cecília Souto. (2018b). *Núcleo Ciência pela Infância*. São Paulo. Recuperado em 02 dezembro, 2018 de <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/o-que-fazemos/mobilizar-as-liderancas/nucleo-ciencia-pela-infancia/>

Vidigal, Fundação Maria Cecília Souto. (2018c). *A primeira infância*. São Paulo. Recuperado em 02 dezembro, 2018 de <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/a-primeira-infancia/>

Vidigal, Fundação Maria Cecília Souto. (2018d). *Empresa*. São Paulo. Recuperado em 02 dezembro, 2018 de <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/participe/empresas/>

Recebido em: 31/01/2019

Aceito em: 07/05/2019

NOTA:

As autoras foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final a ser publicada.